

## TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### INSTITUTIONAL TRAJECTORY OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO

Leandro Damaceno

 <https://orcid.org/0000-0001-6685-5018>

Correspondência: damacenolg@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.88962

Recebido em: 09 jan. 2025 | Aceito em: 21 jan. 2025

### RESUMO

Este trabalho procura discutir a trajetória institucional que trouxe o estado do Rio de Janeiro ao atual estágio de desenvolvimento socioeconômico, marcado por uma profunda desigualdade intrarregional e por um processo de estagnação econômica que perdura desde a década de 1970 com pequenos espasmos de “bonança” ao longo do período. Pressupondo que há uma trajetória em curso desde a mudança da capital para Brasília, tem como problema identificar se a trajetória histórica-institucional do Estado do Rio de Janeiro dificulta a adoção de políticas públicas de desenvolvimento regional. Em decorrência do problema, tem como objetivo identificar mecanismos que explicam uma dependência de trajetória a que o Estado estaria sujeito. Trata-se de uma pesquisa qualitativa cujas características se encaixam num desenho de estudo retrospectivo com perspectivas em processo. A revisão da literatura corroborou a hipótese levantada. Além disso, forneceu informações que permitiram estabelecer, com certa segurança metodológica e baseada no referencial teórico, alguns processos de retornos crescentes que não permitiram que até o momento houvesse uma mudança na trajetória institucional inaugurada na década de 1960. Aliada a uma “questão regional”, pode-se concluir que as especificidades da trajetória fluminense dificultaram o florescimento de novas institucionalidades.

**Palavras-chave:** institucionalismo histórico; dependência da trajetória; retornos crescentes; desenvolvimento regional; Rio de Janeiro

### ABSTRACT

This paper seeks to discuss the institutional trajectory that brought the state of Rio de Janeiro to its current stage of socioeconomic development, marked by profound intraregional inequality and a process of economic stagnation that has persisted since the 1970s with brief bouts of “boom” throughout the period. Assuming that there has been a trajectory underway since the capital moved to Brasília, the problem is to identify whether the historical and institutional trajectory of the state of Rio de Janeiro hinders the adoption of public policies for regional development. As a result of this problem, the objective is to identify mechanisms that explain a path dependence to which the state

would be subject. This is a qualitative study whose characteristics fit a retrospective study design with perspectives in progress. The literature review corroborated the hypothesis raised. Furthermore, it provided information that allowed us to establish, with a certain methodological certainty and based on the theoretical framework, some processes of increasing returns that have not allowed for a change in the institutional trajectory inaugurated in the 1960s. Combined with a “regional issue”, it can be concluded that the specificities of the trajectory of Rio de Janeiro made it difficult for new institutionalities to flourish.

**Keywords:** historical institutionalism; trajectory dependence; increasing returns; regional development; Rio de Janeiro

## 1 INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro, desde a sua fundação, mas principalmente após a chegada da corte portuguesa em 1808, consolidou-se como um espaço de articulação nacional. Foi, enquanto cidade, capital da colônia, do império português, do império brasileiro, da Velha e Nova República brasileira até a década de 1960, quando houve a transferência da Capital Federal. É a partir desse contexto nacional que vai se procurar discutir os aspectos da existência de uma trajetória institucional marcada por profundas desigualdades regionais.

O ponto de partida nevrálgico, que marca a ruptura institucional pelo qual passa a cidade e, conseqüentemente, o Estado do Rio de Janeiro - ERJ, está na consolidação da mudança da Capital Federal ao longo da década de 1970, especialmente a partir do golpe civil-militar de 1964 e das conseqüentes cassações políticas que atingiram de maneira peculiar a classe política fluminense com profunda degradação em sua lógica política. A trajetória econômica pós 1960 do ERJ foi decisivamente influenciada pela transferência da Capital Federal para Brasília, pela história da *capitalidade*<sup>1</sup> da cidade do Rio de Janeiro - CRJ e pela constituição de seu desenho político-institucional local e pela conseqüente carência de reflexão e equívocos em estratégias de desenvolvimento regional.

O processo histórico de degradação em sua lógica política, a partir do golpe de 1964 e das cassações políticas, atingiram com particular gravidade a cidade do Rio de Janeiro. Tanto na cidade como posteriormente no Estado, coexistiram uma lógica nacional cada vez mais inorgânica e uma lógica local clientelista e fragmentada que foi se tornando hegemônica a nível estadual. Essa realidade gera um marco institucional que desestrutura

---

<sup>1</sup>Conceito proposto por Marly Silva da Motta (Motta et al., 2004, p. 54) em que, partindo da formulação teórica de Giulio Argan, ex-prefeito de Roma (1976-1979), define as cidades-capitais como o “lugar da política e da cultura, como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando, cada uma a sua maneira, o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória”.

com particularidade o poder público na região e dificulta a organização consistente de estratégias e políticas regionais.

## **2 MÉTODOS E MATERIAIS UTILIZADOS**

Para o presente trabalho, foi usado o método qualitativo de pesquisa com um desenho de estudo retrospectivo. Nesse tipo de pesquisa, eventos e processos são analisados em relação ao seu significado histórico, sendo que visões atuais sobre a percepção e avaliação de experiências anteriores devem ser consideradas. Neste desenho, um dos objetivos pode ser o desenvolvimento de teorias a partir do material analisado, levando-se em conta o desenvolvimento de um processo institucional. Isso possibilita a focalização do estudo naquilo em que se está interessado descrever. Além disso, o estudo retrospectivo permite que surjam perspectivas em processo capazes de pôr em ordem eventos que estejam em andamento ou até mesmo já finalizados (Creswell, 2009; Flick, 2009).

Foi feita revisão da literatura a partir de dois grandes tópicos, para fins de sistematização da bibliografia pesquisada e selecionada: temas relacionados ao aspecto historicista da pesquisa e temas relacionados aos campos de conhecimento que embasam o referencial teórico. A escolha das fontes secundárias foi feita a partir destes tópicos, de acordo com obras identificadas pelas seguintes palavras-chaves: História Política do Rio de Janeiro; Guanabara; Fusão; Desenvolvimento Regional; Marcos Institucionais; Neoinstitucionalismo; Institucionalismo Histórico; Dependência da Trajetória e; Mudança Institucional.

## **3 DISCUSSÃO TEÓRICA**

### **3.1 Dinâmica institucional**

A discussão tem como pressupostos conceitos que operam uma dinâmica institucional. Tendo como base North (1990, 1994) e Hodgson (1997, 2006), procurou-se demonstrar como o processo de conformação institucional só é possível com a transformação das normas em costumes ou hábitos compartilhados pelos agentes, cuja

ação, por sua vez, determina e é determinada pela interação com as instituições, num processo de causação reconstitutiva.

No estudo sobre a origem das instituições e sua relação com o desempenho econômico, North (1990) conclui que, sejam elas políticas ou econômicas, são as instituições que formam a estrutura de incentivo de uma dada sociedade. Segundo o autor, as instituições podem tanto ser consideradas como normas formais como também os mais variados tipos de normas informais. North identifica as primeiras como regras impostas, aplicadas com fundamentos legais; já as segundas seriam “impostas” pelos seus pares ou outros que lhe impõem custos caso o agente não viva de acordo com eles. As normas informais, para o autor, teriam capacidade de restringir a vida social ou até mesmo afetar o desenvolvimento econômico e a conformação política de dada região em um determinado período. A análise da história também é um aspecto que North (1994) reconhece como importante, pois, permite identificar como ocorre a mudança institucional através da observação da ação humana ao longo do tempo. Esse processo de mudança é gradativo e determinado pela dependência da trajetória adotada anteriormente (*path dependence*), e sua fonte são as oportunidades percebidas pelos agentes a partir de alterações de um determinado ambiente ou através da aquisição de novos conhecimentos ou habilidades.

Assim como North, a relação entre os agentes e as instituições também está presente na análise de Hodgson (1997, 2006). O conceito com o qual o autor trabalha, chamado de *reconstitutive downward causation*, preconiza que os agentes tanto recebem influência das instituições como também as moldam a partir dos seus hábitos. O autor define as instituições como estruturas sociais que podem envolver processos de causação reconstitutiva, isto é, tanto indivíduos como instituições podem ser modificados a partir de suas interações. A possibilidade dessa causação reconstitutiva significa, portanto, que a relação das instituições com os indivíduos não é sempre direta na determinação das aspirações individuais. Quanto às regras formais, Hodgson argumenta que sua conformação institucional só ocorre quando as normas se tornam costumeiras, ou seja, quando são incorporadas aos hábitos de pensamento e comportamento dos indivíduos. A chave da transformação e essência das instituições é, portanto, os hábitos compartilhados. Na medida em que as instituições levam a regularidades de comportamento, são estabelecidos hábitos comuns entre a população que se enraízam, levando a propósitos e crenças congruentes e criando-se instituições sólidas que reproduzirão as estruturas

sociais. Dessa maneira, a estrutura institucional tende a ser mais difícil de alterar, criando um mecanismo de *path dependence*.

### 3.2 Institucionalismo, dependência da trajetória e a Ciência Política

De forma mais restrita, o artigo se utiliza do conceito de institucionalismo utilizado por Schmidt (2006) e presente em trabalhos de autores da corrente neoinstitucionalista (Arthur, 1994; David, 1994; Pierson, 2000; Deeg, 2005).

O conceito de institucionalismo usado por Schmidt (op.cit.) é caracterizado pela sua ênfase no contexto institucional no qual eventos políticos ocorrem e, a partir deles, efeitos e resultados são gerados. O institucionalismo, nesse sentido, enfatiza a extensão pela qual o contexto político é moldado pelo cenário institucional onde ele ocorre, cujos legados históricos têm a importância para a atual gama de diversidade de atores de orientação estratégica para os contextos institucionais em que se encontram, onde cada um contribui para sua visão distinta de estado.

Já o conceito de dependência da trajetória vem sendo utilizado há algum tempo para descrever fenômenos estudados pelas Ciências Sociais, principalmente na Economia (Pierson, 2000). A noção de dependência da trajetória, de forma mais restrita, significaria um alto custo de reversão ao caminho escolhido. Ainda que haja outras opções, os obstáculos obstruem a mudança a partir de uma escolha inicial. Essa abordagem na qual as etapas anteriores em dada direção induzem ainda mais um movimento na mesma direção, é compatível com a ideia de autorreforço ou retornos crescentes. Em processos desse tipo, a chance de novos movimentos na mesma trajetória aumenta à medida que cada passo é dado nessa trajetória (Pierson, 2000; Deeg, 2005).

No caso específico, este trabalho procura demonstrar de que forma os argumentos sobre retornos crescentes utilizados no campo econômico podem ser aplicáveis na Ciência Política a partir do trabalho de Pierson (2000). A relevância consiste no fato de que esse estudo se baseia nas relações de poder que ajudam a explicar os caminhos percorridos pelo Estado do Rio de Janeiro, e nem tanto na eficiência econômica que permeia outros estudos relacionados às correntes institucionalistas.

De acordo com o autor, tendências de retornos crescentes caracterizam quatro processos centrais em ambientes políticos: ação coletiva; desenvolvimento institucional;

exercício da autoridade e; interpretação social. Em cada caso, há razões para afirmar que passos dados em uma direção podem desencadear dinâmicas de autorreforço.

### 3.2.1 Lógica da ação coletiva

A lógica da ação coletiva diz respeito ao uso de bens públicos, vale dizer, um bem caracterizado pela impossibilidade de discriminação dentre aqueles que contribuíram para o provimento do mesmo e aqueles que não o fizeram, mas atuam como caronas (*free riders*), usufruindo dos benefícios proporcionados (Olson, 1999). Nesse sentido, numa ação coletiva, haveria uma ambivalência: partindo de uma racionalidade individual, como a contribuição de cada um para o provimento do bem é ínfima a ponto de não ser notada, é racional o indivíduo não arcar com esses custos, maximizando a sua utilidade. Em contrapartida, do ponto de vista de uma racionalidade coletiva, todos ganhariam caso houvesse uma cooperação integral. O ponto fundamental torna-se identificar como o outro irá agir.

Na política, segundo Pierson (2000), a maioria das ações coletivas não possuem uma relação linear de causa e efeito. Quando fazer uma escolha pode ter custos muito elevados, os atores devem ajustar seu comportamento à luz de como eles esperam que os outros ajam, com prevalência de expectativas adaptativas que levariam a retornos crescentes. Dessa maneira, apesar das mudanças sociais, econômicas e políticas ao longo do tempo, a dinâmica de autorreforço associado a processos de ação coletiva mostra que as instituições e organizações tendem a persistir ao longo do tempo.

### 3.2.2 Desenvolvimento institucional

Em relação ao desenvolvimento institucional, de acordo com Pierson (2000), uma vez estabelecidas as instituições formais, a alternativa de saída ou mudança muitas vezes está indisponível ou é extremamente custosa para aqueles que se sentem mal atendidos pelos arranjos políticos existentes. Tanto as políticas públicas como as instituições formais restringem as características do ambiente político. Elas são fundamentadas na lei e apoiadas pelo poder coercitivo do Estado, e sinalizam aos atores o que pode e o que não pode ser feito, estabelecendo recompensas ou penalidades de acordo com a ação tomada.

Por conta disso, as políticas e as instituições formais tendem a ser duráveis, pois, estão propensas aos mecanismos de autorreforço.

### 3.2.3 *Exercício da autoridade*

Quanto ao exercício da autoridade por atores específicos, esta pode se tornar uma das principais fontes de retornos crescentes. Quando alguns atores estão em posição de impor regras aos demais, a autoridade política pode ser usada para gerar mudanças nas regras do jogo para aumentar seu próprio poder. Assim, disparidades relativamente pequenas de recursos políticos de grupos antagônicos podem gerar grande assimetria de poder como resultado de mecanismos de autorreforço.

### 3.2.4 *Interpretação social*

Para os fins desse trabalho, será ressaltado processos relacionados à interpretação social do ambiente político. Ambientes complexos como a política estão sujeitos a retornos crescentes, já que a criação de códigos envolve altos custos de instalação; estão sujeitos a efeitos de aprendizagem e; são compartilhados com outros atores de forma a criar redes e adaptar expectativas. Uma vez estabelecida, as perspectivas básicas sobre política, que vão desde ideologias às compreensões de aspectos particulares de governos ou orientações em relação a grupos e partidos políticos, são geralmente persistentes, dependentes à trajetória (Pierson, 2000).

Abaixo estão listadas as características que marcam a vida política em contextos em que ocorrem retornos crescentes ou processos de dependência da trajetória:

Quadro 1 - Características do Processo de Interpretação Social na Vida Política

Múltiplos equilíbrios	Sob um conjunto de condições iniciais propícias aos retornos crescentes, uma série de resultados são geralmente possíveis
Contingência	Eventos relativamente pequenos, se ocorrerem no momento certo, podem ter grandes e duradouras consequências
Sincronismo (timing) e sequenciamento (sequence)	eventos mais recentes em uma sequência importam muito mais que eventos mais tardios, um evento que acontece “tarde demais” pode não ter efeito, embora pudesse ter grande importância se o <i>timing</i> tivesse sido diferente.
Inércia	Uma vez que um processo de retorno crescente é estabelecido, o processo de <i>feedback</i> positivo pode conduzir a um único equilíbrio. Este equilíbrio, por sua vez, será resistente a mudanças.

Fonte: Elaboração própria a partir de Pierson, 2000.

Apesar de parecer evidente que momentos críticos (*critical junctures*) ao longo da história podem levar a retornos crescentes, grandes acontecimentos também podem ser frutos de pequenos eventos (efeito da contingência), desde que ocorram no momento certo e gerem um sequenciamento propício a uma trajetória. Sistemas políticos institucionais não são sinônimos das particularidades que os constituem, mas da lógica gerada pela sua interação. Estratégias, abordagens dos problemas, rotinas e decisões compartilhadas são as regras que produzem os padrões de comportamento dos atores dentro do sistema. E mesmo quando os atores são confrontados com novas situações críticas, eles recorrem as mesmas estratégias, rotinas e regras anteriores. Assim, mesmo que muitas instituições mudem drasticamente, a lógica do sistema segue preservada (Deeg, 2005).

Nesse sentido, serão os marcos institucionais fluminenses e o vazio institucional possibilitado por eles que comporão as especificidades da trajetória institucional do Estado do Rio de Janeiro em seu processo de desenvolvimento regional, particularmente concentrado na metrópole.

## 4 MARCOS INSTITUCIONAIS OU DE PODER NO ERJ

### 4.1 O que será do Rio?

Conforme relata Motta (2004), entre julho e agosto de 1958, o jornal carioca “Correio da Manhã”, publicou uma série de 32 reportagens, sob o título acima, com diversas opiniões de figuras expressivas do então Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro sobre qual seria o futuro da cidade após a mudança da capital para Brasília. O Jornal do Brasil e a Tribuna da Imprensa, no mesmo período, igualmente dedicaram matérias ao tema, demonstrando a importância do assunto que à época mobilizava a população carioca e fluminense<sup>2</sup>. A transferência da capital federal já estava prevista desde a primeira Assembleia Constituinte republicana, entre 1890 e 1891. A discussão à época foi balizada tanto pelos interesses políticos locais, quanto pelas representações constituídas sobre a ex-capital do império. Havia, por um lado, o interesse da bancada fluminense em reivindicar a reintegração do antigo Município Neutro<sup>3</sup> ao território do

---

<sup>2</sup>Para mais detalhes sobre as entrevistas no Correio da Manhã, ver Osório (2005).

<sup>3</sup>Status da cidade do Rio durante o Império, de 1834 a 1889, a partir do Ato Adicional à Constituição de 1824.

Estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, a representação carioca defendia sua transformação num estado federado, o Estado da Guanabara.

De acordo com a autora, a motivação para a transferência da capital residia na convicção de alguns constituintes naquele momento de que o Rio não tinha o perfil de uma “capital republicana”. É importante lembrar a influência positivista, tendo a ordem como elemento-chave, que perpassava os militares fundadores da República brasileira. O Rio, desde aquela época, já guardava uma imagem de cidade “agitada” e com uma população de “caráter revolucionário”, o que a transformava num espaço ameaçador que reverberava para o restante do país, tendo em vista seu caráter de identificação nacional. Além da previsão da nova capital, a ser situada no Planalto Central, restou definido que, após sua transferência, a cidade do Rio se transformaria no Estado da Guanabara. Passada a Constituinte, no entanto, o assunto ficou adormecido. De maneira similar, o debate voltou a figurar nas duas constituintes seguintes, a de 1933/34 e a de 1946, com a ratificação de transformar a cidade do Rio em Guanabara. Mais uma vez, a previsão ficou somente no papel.

Após sucessivas previsões constitucionais para a mudança da capital sem, no entanto, terem se concretizado, havia uma descrença da opinião pública quanto à efetividade da construção de Brasília e, por consequência, a transferência do Distrito Federal. De acordo com Osório (2005, p. 105-110), inclusive, essa descrença pode ter até mesmo facilitado a aprovação da Lei 2.874 de 19 de setembro de 1956, que dispunha sobre a mudança da capital, pela ala oposicionista ao governo de Juscelino Kubitschek, acreditando que um eminente fracasso na construção da capital desmoralizaria o presidente eleito. Segundo o autor, ainda que houvesse preceitos constitucionais já estabelecidos desde 1891 para que o futuro da capital fosse de fato a criação de um ente federado, as entrevistas na série do Correio da Manhã mostravam que havia defensores da reincorporação da CRJ ao Estado homônimo já no momento de uma possível transferência do Distrito Federal, que só virá a ocorrer de fato em 1975 com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

De qualquer forma, mesmo com argumentos de ambos os lados em favor da fusão ou da criação de um novo Estado, Motta (1997 *apud* Osório, 2005, p. 123-127) pontua que, ao final dos anos 1950, os rumos do ex Distrito Federal e do antigo Estado do Rio de Janeiro acabaram derivando de uma institucionalidade construída de maneira ambígua e incompleta. A decisão formal pela institucionalidade do novo Estado da Guanabara só

fora definida com a Lei 3.752 de 14 de março de 1960, às vésperas da mudança do Congresso Nacional para Brasília.

#### 4.2 Entre a Belacap e a cidade de São Sebastião

Freire e Sarmiento (2004), analisando a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca entre 1889 e 1969, avaliam que, mesmo após a promulgação do instrumento legal que viabilizou a transformação do Distrito Federal em cidade-estado em 1960, havia ainda uma indefinição sobre questões cruciais para a estabilidade dessa nascente unidade federativa. O passado histórico de sede da política nacional contrastava com uma cena política carioca orientada por políticos de perfil local voltados para questões circunscritas do dia a dia local e que representavam os interesses imediatos da população. Nessa complexa estrutura de funcionamento do campo político, havia uma tensão entre as identidades políticas local e nacional da cidade. Por um lado, o Rio de Janeiro era até então a capital do país, principal centro político, cultural e de grande importância econômica. Por outro lado, era uma cidade que enfrentava diversos problemas relacionados ao seu processo de crescimento urbano acelerado. Em expressão dos autores, era entre a Belacap e a cidade de São Sebastião que oscilava o conjunto de referências que constituíam o campo político<sup>4</sup>.

Os autores chamam atenção para um exemplo explícito dessa multiplicidade de forças que atuavam no espectro político ao observar as diferenças na composição das bancadas do legislativo federal e local. Enquanto a bancada federal voltava-se para os temas nacionais, o Legislativo local preocupava-se com questões provincianas. Isso acabava por gerar uma prática política mais intensiva em atendimento de demandas e interesses específicos em âmbito local, consolidada com toda a sorte de desenhos político-institucionais pelas quais a cidade do Rio já tinha passado.

---

<sup>4</sup>A expressão Belacap surge em contraposição à expressão Novacap, como era denominada Brasília, a nova capital federal. Continha a ideia de que a antiga capital era bela, moderna, cosmopolita, em oposição a uma nova capital de cimento erguida no meio do nada. Em contrapartida, a expressão “cidade de São Sebastião” dava a real dimensão do município do Rio de Janeiro, com todos os seus problemas de toda ordem que a afetavam.

As eleições para o governo e para a Assembleia Constituinte do estado em outubro de 1960, com forte participação popular<sup>5</sup> e, segundo os autores citados, numa configuração de um quadro de disputa eleitoral influenciado pelo teor nacional do debate, teria feito enfraquecer, por conseguinte, a prática política de perfil mais localista e influenciada pelas redes de clientela.

Vencida por Carlos Lacerda (UDN), seu governo procurou manter a polarização ideológica com as forças petebistas (PTB) e pessebistas (PSB), alimentando a figura do Rio Nacional e mantendo agora na cidade-estado a aura de capital e centro de referência para a política brasileira. Sua estratégia política de embate com o governo federal na tentativa de se promover como candidato à presidência em 1965, principalmente após a renúncia do presidente Jânio Quadros (PTN) e a assunção de João Goulart (PTB), dificulta a construção de uma institucionalidade para o Estado nascedouro, principalmente ao tentar reafirmar a vocação de capitalidade da cidade do Rio. Além disso, ainda havia a descrença por parte dos cariocas de que Brasília se consolidaria como capital de fato, principalmente pela forma lenta como ocorreu a transferência ao longo da década de 1960 (Motta, 2004, p. 55).

Nessa perspectiva, por derivar o seu dinamismo econômico da história da Capital e de capitalidade da cidade do Rio de Janeiro, o ERJ sofreu, a partir da década de 1960, um processo de erosão da sua importância e do seu dinamismo socioeconômico. Do ponto de vista do institucionalismo histórico, as relações de poder em torno da institucionalização da capitalidade do Rio de Janeiro acabaram por contribuir para que aqui não ocorresse, de forma imediata, a percepção da quebra da dinâmica institucional a partir desse fator exógeno, qual seja, a mudança da Capital para Brasília.

Mesmo com a ruptura de seu marco institucional em 1960, o entendimento desse processo não ocorreu de forma imediata pela população local, mas somente a partir dos anos 1980, com a inversão do processo de crescimento da economia brasileira e a crise fiscal, que particularmente atingiu o estado do Rio de Janeiro pelo peso que o gasto federal ainda tinha na região (Lessa, 2000; Osório; Versiani, 2013).

Para Osório (2005), tanto o governo Lacerda (1960-65), como o governo do seu sucessor Negrão de Lima (1965-71) trabalharam na lógica institucional anterior, sem definir uma estratégia adequada para a nova unidade da Federação. Com o rompimento

---

<sup>5</sup>A eleição teve participação de quase 1 milhão de eleitores, o que representava cerca de 34% do total de habitantes à época da cidade, além de um baixíssimo índice de votos brancos e nulos, 2% e 1% respectivamente (Picaluga, 1980, p. 177 *apud* Freire; Sarmento, 2004, p. 45).

do marco democrático ocasionado pelo golpe civil-militar de 1964, acelerou-se a transferência das elites administrativas e do corpo burocrático em busca do máximo isolamento social.

Como já mencionado na Introdução deste trabalho, a elite política carioca foi alvo prioritário dos expurgos e cassações promovidos pelos atos institucionais do regime autoritário, uma vez que essa elite ainda se confundia com a elite política nacional. Ao fim da década de 1960, a elite política do “Rio Nacional” estava esfacelada, decomposta de sua “face polarizada e cosmopolita” (FREIRE e SARMENTO, 2004).

Fica evidenciado que esse processo vai sendo composto de características que retroalimentam a condição de indefinição e dubiedade de estratégias, proporcionando um vazio institucional que logo será ocupado pela prevalência de uma lógica clientelista a partir da ascensão de uma figura política fundamental para a compreensão da trajetória fluminense: Chagas Freitas.

### **4.3 A ascensão e hegemonia de Chagas Feitas**

Com a mudança da capital e a criação do novo estado da Guanabara, tornou-se explícita a tensão entre as matrizes local e nacional em torno da política carioca. Mesmo com os entraves e constrangimentos que a cidade do Rio fora vítima ao longo de muitos anos desde que passou a condição de município neutro em 1834 e tendo seu arranjo institucional constantemente alterado de acordo com as “necessidades” políticas do governante à sua época, as características locais e nacionais da região foram sendo moldadas no interior desse campo político de modo que se tornaram complementares, apresentando tendências ambivalentes e se adequando às diferentes conjunturas. Identificada com uma prática política que sempre tendia à polarização e nacionalização dos debates, as relações políticas internas se articulavam a práticas locais nas quais prevaleciam as redes de clientela e os traços paroquiais. Esses diferentes fatores que constituíam o campo político definiram uma retroalimentação excludente, isto é, ora consolidando as práticas locais, ora favorecendo lideranças carismáticas em conjunturas de comoção nacional (Freire; Sarmento, 2004).

Com o golpe de 1964, houve um esvaziamento das funções legislativas do Congresso Nacional e o desencadeamento de um ciclo repressivo baseado nos Atos Institucionais do Governo Militar, com a supressão de direitos políticos e liberdades

individuais que afetou sobremaneira a institucionalidade político-partidária no país. De acordo com Santos (1990, p. 247), o estado da Guanabara foi a unidade federativa mais atingida com as cassações políticas no Brasil no regime militar. Para Versiani (2016), as cassações de mandato pós-golpe impactaram de tal maneira as práticas político-parlamentares cariocas que favoreceram o fortalecimento e a hegemonia da liderança de Chagas Freitas no Rio de Janeiro. Primeiro na cidade e, posteriormente, em todo o estado.

Foram suspensas as eleições para a Presidência da República em 1965 e extintos todos os partidos políticos então existentes, e na sequência foi instituído o sistema bipartidário no país, com a criação da ARENA, partido da situação, e o MDB, partido da oposição.

Apesar da existência de um partido de oposição, Versiani (ibidem) pontua o funcionamento do MDB dentro de uma lógica autoritária em que vigoravam claros impedimentos à sua ascensão ao poder. O partido surge como único canal formal de oposição no país, mas na prática alguns membros ingressaram por enxergar a oportunidade de colher vantagens eleitorais pelo partido ter a preferência de uma parte do eleitorado. É nesse sentido que Chagas Freitas ingressa no MDB, numa ala reconhecida como *adesista*, ou seja, uma oposição que não faz oposição.

De acordo com Sarmiento (2008), Chagas compreendia que a existência de um partido de oposição era admitida pelo regime dentro dos limites de suas características autoritárias. A partir de sua avaliação do eleitorado carioca e contando com uma fortíssima máquina de propaganda<sup>6</sup>, Chagas iria na contramão de antigas lideranças nacionais que dominaram o cenário carioca até então e, evitando qualquer tipo de radicalização no discurso, aumentaria extraordinariamente sua força política e suas possibilidades eleitorais dentro do partido oficial de oposição.

Nas eleições legislativas de 1966, receberia 29% dos votos dados para os candidatos a deputado estadual do MDB para a Assembleia Legislativa da Guanabara, além de eleger um número expressivo de aliados. Em 1969, assume a presidência do MDB carioca e consegue obter do deputado Waldir Simões, de acordo com informações jornalísticas à época, os fichários com as relações de eleitores e cabos eleitorais do partido. Simões, ex-integrante do PTB, partido com ampla penetração na política carioca

---

<sup>6</sup>Nessa época, Chagas Freitas era dono de dois periódicos populares na cidade, *O Dia* e *A Notícia*, principalmente o primeiro, que possuía uma enorme tiragem diária. Em pesquisa do IBOPE publicada em 3 de abril de 1969, *O Dia* aparece como o jornal de maior circulação na Guanabara (*O Dia*, 3/4/1969, p. 3).

no período pré-64, seria cassado pelo regime militar e se tornaria presidente do MDB do Rio, transferindo à Chagas o controle da estrutura partidária (Diniz, 1982, p. 91-92).

Esse fato é simbólico da representação daquilo que viria a ser a política chaguista, já que Chagas passaria a se dedicar à tarefa de organizar o maior número possível de diretórios emedebistas na Guanabara. Com a utilização de seus veículos de comunicação, Chagas fez uma intensa campanha de filiação partidária ao MDB, o que o ajudou a minimizar a oposição à sua liderança dentro do MDB carioca, já enfraquecida com a cassação e afastamento político de setores oposicionistas mais ativos do Estado. Chagas conseguiria a adesão de cerca de 40 mil pessoas ao MDB, e passaria a controlar todos os 25 diretórios zonais e o regional do partido na Guanabara. Esse controle quase total da máquina partidária o permitiu influenciar indicações e vetos à formação de chapas eleitorais do partido, que por sua vez definiam quais candidatos concorreriam aos cargos eletivos, além de criar obstáculos ou facilidades à aceitação de novas filiações, dependendo do lado em que estaria o novo filiado (Versiani, 2016, p. 129-130).

Com o recrudescimento do regime militar a partir de 1968 com a decretação do Ato Institucional nº 5, que levou a uma cassação massiva de representantes da oposição, houve um esvaziamento no MDB do grupo de fato oposicionista, abrindo mais espaço para as correntes moderadas e adesistas. Como dado, enquanto a votação nacional do MDB variou entre 20 e 30% para as eleições legislativas diretas em 1970, o partido na Guanabara obteve em torno de 50% dos votos para a Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado Federal, o que expressava uma força impressionante de Chagas Freitas no comando do partido (Motta, 2001, p.132)

Essa expressiva votação, ao contrário do que possa parecer, não significava uma vitória da oposição, e sim do controle partidário e político que Chagas começava a demonstrar na cidade do Rio de Janeiro. Para reforçar esse argumento, vale lembrar que Chagas Freitas foi o único governador da “oposição” eleito indiretamente em 1970, o que revela, além de sua força política interna, o seu alinhamento com os ditames da ditadura. A fala no plenário da Câmara em 1975 do deputado emedebista J. G. de Araújo Jorge que, junto com Lisâneas Maciel, correspondiam de fato à oposição do MDB da Guanabara na Câmara dos Deputados, deixa isso claro:

“Lisâneas Maciel e eu fomos silenciados na Guanabara. Não temos acesso ao rádio e à televisão. Nosso nome está incluído no **index** [grifo no original] do Governo da Guanabara, do próprio MDB, que lá funciona como uma sublegenda da ARENA, a pior de todas. Não é à-

toa que corre de boca em boca, no meu Estado, não sei se como piada, que o presidente Geisel, na sua primeira ida à terra carioca, depois ter sido recebido pelo Governador Chagas Freitas e todo o secretariado, comentou: “*Tenho muitos governadores da ARENA em todo o País, mas este é o mais arenista de todos*”. Faltou ao Sr. Governador a coragem de ser arenista, porque na ARENA é que seria o seu lugar” (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 15 de outubro de 1974, p. 8162).

As eleições de 1970 para o Legislativo também mostrou uma nova faceta da força chaguista, elegendo mais de 50% da bancada carioca do MBD à Câmara dos Deputados, demonstrando pela primeira vez a sua força fora do âmbito da política local. Os discursos dos parlamentares da corrente chaguista, em avaliação de Versiani (2016, p. 137), consolidava o viés fisiológico e clientelista do *modus operandi* do chaguismo. De maneira contrária, na legislatura de 1971/1975 eram raras as participações dos parlamentares chaguistas em debates sobre questões relacionadas aos direitos políticos ou até mesmo questões de relevância nacional, como a construção de políticas públicas sociais ou o rumo da política econômica.

Em depoimentos de diferentes deputados do grupo chaguista a Diniz<sup>7</sup>, fica claro, além do fisiologismo político, a importância de Chagas como líder e fator de coesão política, a ausência de uma identificação ideológica mais profunda entre os membros e quais eram os interesses que circundavam a atuação do grupo:

[...] “pertencço ao grupo liderado pelo governador Chagas Freitas e no nosso grupo você tem uma variação ideológica enorme, tanto que o comportamento é inteiramente diferente de um parlamentar para outro. O grupo não existe unido em torno de uma ideologia, de uma doutrina [...]. O chaguismo não existe como doutrina, o chaguismo é uma reunião de pessoas em torno de um líder, mas sem uma linha ideológica harmônica [...]” (DINIZ, 1982, p. 169)

“[A fidelidade ao chaguismo] não tem raízes profundas, pois não há uma ideologia comum. Não existe um programa comum. O que existe é a divisão do poder. [...]. O esquema de poder está nas mãos do governador Chagas Freitas e ele distribui as benesses do poder. Enquanto isso existir, os chaguistas estarão ligados a ele. [...] O que há é um fio de interesses que se criaram em torno da distribuição de poder, de cargos, de vantagens e que se articularam em torno da figura de Chagas Freitas, um grande empresário. O MDB chaguista é como se fosse uma grande empresa. [...] Sim, um patrimônio, um pecúlio imenso que essas pessoas dividem entre si, como uma firma. [...] E a fidelidade dessas pessoas ao Dr. Chagas advém do fato de ser ele o grande dirigente da empresa, o hábil dirigente da empresa, o inteligente

<sup>7</sup>A pesquisadora não identifica os depoentes em seu trabalho.

administrador de uma empresa em pleno êxito e da qual, se eles se desgarrarem, são homens desempregados e não eleitos.” (Ibidem, p. 172)

O mandato de Chagas Freitas como governador da Guanabara coincidiu com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975. Promovida pelo regime militar com diferentes argumentos, a fusão foi realizada de maneira autoritária, com pouco debate e sem consulta popular, culminando em mais um processo inconcluso que reforçaria a trajetória fluminense carente de identidade própria.

Para a tarefa de integração das duas unidades federativas, foi escolhido o almirante Faria Lima, militar de perfil técnico e avesso à política. A intenção do governo militar com essa indicação era a de colocar um governador que não fosse político e, mais que isso, não fosse ligado ao passado político de capital federal e nem ao presente político de estado federado autônomo. A fusão era entendida como uma estratégia dentro de um projeto geopolítico mais amplo no governo Geisel e a escolha por um perfil político poderia indicar um caminho que não fosse o desejado pelo regime de promover a integração e o equilíbrio político de duas regiões bem distintas. O perfil escolhido, portanto, apenas reforça a intencionalidade de dificultar que o nascente Estado pudesse caminhar a partir de suas próprias escolhas, relacionada a sua própria história. Se por um lado a aproximação com o passado político foi rejeitada em favor de uma pretensão de se construir o Estado do Rio de Janeiro em novas bases, a perda de sustentação política decorrente dessa decisão não foi compensada com a existência de uma rede de apoio ao governo formada por “novos” políticos, principalmente os eleitos a partir do recrudescimento do regime em 1968 (Motta, 2004, p. 59-64).

Passado o processo da fusão, em 1978 retornaria Chagas Freitas como o primeiro governador efetivo do novo Estado do Rio de Janeiro, com as bênçãos do regime militar e novamente sendo o único governador eleito naquele ano pelo partido da oposição, o MDB, além de possuir os meios e instrumentos para atuar num novo cenário político que se desenhava com a promessa de abertura política, Chagas se impunha como a principal liderança do Estado e seria importante para a eleição do próximo presidente, o general Figueiredo. O futuro da fusão, nas mãos de Chagas, não seria o de aperfeiçoamento da integração iniciada por Faria Lima, mas sim uma continuidade e expansão dos métodos e estratégias exitosas quando era governante da Guanabara, alcançando agora todo o Estado do Rio de Janeiro (ibidem, p. 70-72).

#### 4.4 Chaguismo: máquina política e clientelismo

O trabalho de Diniz (1982) sobre o chaguismo, já citado anteriormente, em que discute o funcionamento da máquina política chaguista, a construção de sua rede clientelista e a conjuntura histórica em que se tornou hegemônica, é fundamental para entender o peculiar processo de construção desse fenômeno político no propício contexto de criação do Estado da Guanabara. Escrevendo na época em que os domínios da política chaguista fazia-se sentir em todo o Estado do Rio de Janeiro, Diniz define a máquina chaguista como uma organização complexa cujo funcionamento se desdobrava em três níveis distintos, mas estritamente articulados, reforçando-se mutuamente.

Seriam esses níveis o da organização partidária, a partir do controle do MDB em suas diferentes instâncias decisórias primeiramente na Guanabara e posteriormente no ERJ unificado; um segundo nível relacionado à capacidade de representação política nas bancadas do partido no legislativo estadual, municipal e federal, principalmente em âmbito estadual; e um terceiro nível relacionado a eficácia da máquina chaguista com o estabelecimento e consolidação dos seus vínculos com o executivo estadual.

Quanto à constituição da máquina política, Diniz, a partir dos dados analisados sobre a representação parlamentar da corrente chaguista a partir das eleições de 1978, no auge do chaguismo, sugere uma forte correlação político-eleitoral com uma ampla faixa dos estratos populares urbanos de baixa renda e carente de serviços públicos. De acordo com ela, a política de bairro e a articulação com clientelas locais constituíam um importante aspecto da estrutura e funcionamento da máquina montada e consolidada pelo grupo político de Chagas. Para Diniz, a instrumentalidade do vínculo clientelista não tinha um sentido unilateral. Enquanto o político procura maximizar sua vinculação com o eleitor para aumentar suas bases eleitorais, este dispunha de sua lealdade eleitoral como contrapartida dos favoritismos pessoais que o primeiro poderia fornecer ou intermediar (ibidem, p. 102-118).

Em entrevista concedida à autora, um político à época candidato ao legislativo federal e pertencente ao grupo denominado “autêntico” do MDB, relata a dificuldade de argumentar com o eleitorado a ideia de que problemas específicos de diferentes parcelas da população não poderiam ser resolvidos através do favoritismo pessoal ou de medidas isoladas, pois era rebatido com um contra-argumento reforçando o papel clientelista de uma representação política. A engrenagem política funcionava, portanto, por meio da mediação política, e não de maneira impessoal. A ineficiência dos mecanismos formais e

dos canais institucionais por respostas às demandas da população legitimava a intermediação política. O clientelismo torna-se aceitável e, até mais do que isso, legítimo, uma vez que a necessidade de prestação do serviço público não é encarada como direito e prerrogativa cidadã, e sim concessão a quem tem maior poder de barganha, aos olhos inclusive de quem os necessita (ibidem, p. 119-123).

Sarmiento (2008) situa o chaguismo como fenômeno político quando a rede de patronagem, que já era controlada por Chagas enquanto parlamentar, se articulou com as estruturas partidária e do Estado. Teria sido um fenômeno possível a partir da conjunção de três fatores, conforme relatado pelo jornalista Rogério Coelho Neto:

“Para entender o chaguismo, é preciso ver o seguinte: quando o Chagas começou a vislumbrar horizontes de liderança política [...], percebeu que podia dar o grande salto político de sua carreira fazendo do jornal o ponto principal de apoio das suas campanhas. Ele tinha então o jornal e o partido como instrumentos para atingir seus objetivos políticos. Mais adiante, conseguiu se eleger indiretamente governador da Guanabara e formou o tripé: partido, jornal e poder.” (Sarmiento, 2008, p. 163)

Sarmiento (ibidem) analisa o fenômeno da máquina chaguista a partir do fortalecimento dos aparelhos estatais em conjunção com a concentração de poder com a criação do novo Estado e como resultado de um processo estruturado das suas instituições e da definição dos seus limites de abrangência político-administrativa. Na medida em que a Guanabara se configurou na solução institucional para a mudança da capital para Brasília, o novo ente federativo agradava àqueles que defendiam a cidade autônoma. O histórico de interferência das esferas federais na cidade enquanto capital do país, relegara às forças políticas locais aos espaços políticos existentes no Distrito Federal, forçando uma fragmentação e concorrência entre grupos por esses espaços. Sarmiento resume bem na passagem abaixo os mecanismos da atuação política chaguista:

Esta íntima integração entre rede de patronagem, partido e estrutura estatal-burocrática servia de canal para a circulação do capital político, viabilizado a partir das esferas administrativas da Guanabara. Desta forma, a racionalidade que irá nortear a administração Chagas Freitas estará primeiramente definida pelas próprias demandas de caráter privado oriundas dos elementos que se integravam à rede de relações clientelistas que, por sua vez, assumia expressão formal e institucional nos quadros do partido de oposição (Sarmiento, 2008, p. 166-167).

Chagas foi o produto do particular conjunto de características que definiam o campo político carioca, sendo como nenhum outro identificado com a prática política real e que compreendia as condições locais e clientelísticas da atuação política (ibidem, p. 298). Chagas, portanto, não havia sido uma anomalia da política carioca, mas talvez sua expressão máxima no uso das redes de clientela no seu exercício.

## 5 CONCLUSÕES

A ruptura institucional ocasionada com a mudança da capital teve mais a ver com a descrença do seu sucesso e a convicção do papel central que desempenhava a cidade do Rio – e, portanto, com regras institucionais informais – do que com a concretização da previsão constitucional de uma nova Capital Federal. Foi nesse hiato que novas elites chegaram ao poder e orquestraram uma mudança endógena do marco institucional, a partir da consolidação de um *modus operandi* político clientelista que operava a nível local e encontrou espaço para uma expansão regional. Nesse sentido, a compreensão da trajetória institucional fluminense passa pela ascensão e hegemonia do político Chagas Freitas e seu grupo e a institucionalização desse *modus* denominado “chaguismo” a partir da década de 1970.

O exercício político-administrativo da antiga condição de capital federal evidenciava que a atividade política não prescindia do localismo, do clientelismo e do patrimonialismo. Com a presença dos principais órgãos do poder público na cidade, construíram-se ao longo da história carioca relações de interdependências pessoais, manipulação de recursos públicos e constituição de redes clientelistas de bases locais. O chaguismo, como expressão e como máquina política, se explica a partir desses condicionantes históricos que se articularam na construção de uma nova estrutura, ocasionada por um “vazio institucional”. O chaguismo só foi possível porque, com a mudança da capital; as cassações políticas; e a dubiedade de estratégias para a Guanabara; houve espaço para o seu crescimento. O clientelismo, com o grupo político, é elevado a um protagonismo até então não aparente.

A construção do novo estado da Guanabara a partir de 1975 confundia-se com a ascensão de sua máquina política, incorporada às estruturas do seu partido, o MDB. A trajetória política da elite parlamentar chaguista sugere uma grande capacidade de

persistência política (dependência da trajetória) que acompanha a própria história da constituição e consolidação do chaguismo.

Utilizando os conceitos de Pierson (2000), Chagas Freitas interpretou com muita eficiência o campo e o jogo político praticado a nível local. A partir de um confuso e indefinido desenho institucional com a mudança da capital e a criação da Guanabara, ele ocupou o vazio institucional proporcionado por esse novo arranjo, principalmente depois que as principais lideranças políticas do ERJ saíram de cena com a ascensão do regime militar. Percebeu que, atuando nos limites impostos pela ditadura e se descolando da tradição carioca de ser protagonista nos temas nacionais, poderia consolidar seu poder político operando a partir das já existentes redes de clientela e patronagem dos tempos de Distrito Federal. Promoveu, portanto, uma mudança incremental, dentro da trajetória preestabelecida, aproveitando recursos institucionais existentes.

Dessa maneira, Chagas não se preocupou em criar códigos interpretativos da cena política, apenas adaptou as suas expectativas às perspectivas já existentes e consolidadas. Uma vez estabelecido, o exercício de sua autoridade como governador e como líder regional quase incontestado dentro do seu partido reforçaram ainda mais os mecanismos que garantiam que suas ações políticas levassem na maioria das vezes aos resultados políticos por ele esperado.

É possível identificar as características listadas por Pierson (2000) em contextos em que ocorrem processos de retornos crescentes na política. As condições iniciais de mudança da capital para Brasília estavam envoltas numa série de indefinições e disputas políticas que poderiam provocar diferentes resultados, a depender do arranjo institucional que seria adotado para a cidade do Rio de Janeiro e de que forma ele seria implementado (*múltiplos equilíbrios*). Com o desenvolvimento do novo Estado da Guanabara, o vazio institucional proporcionado pela ascensão dos militares ao poder e a consequente cassação das principais lideranças políticas cariocas, o *timing* da eleição de Chagas como governador da Guanabara cancelado pelo regime, cujo sucesso dependeu de uma máquina política montada e consolidada em anos anteriores, foi essencial para que ele desse sequência a sua política de base clientelista e à expansão de sua rede de patronagem (*timing & sequence*), que perpassou os governos fluminenses posteriores com poucas oscilações até os dias atuais graças a um processo de *inércia* muito resistente a mudanças depois de atingido o equilíbrio.

O fato é que seu *modus operandi* político bem definido, ramificado e consolidado, garantiu sua hegemonia e reforçou uma trajetória institucional fluminense, a partir da

década de 1960, caracterizada pelo clientelismo e pela indefinição do seu papel como agente político de desenvolvimento regional, cujas características podem ser observadas ainda hoje, demonstrando que os efeitos de aprisionamento (*locked-in*) a um conjunto de rotinas, objetivos e trajetórias passadas têm persistido ao longo do tempo. A arraigada prática clientelista caracterizada por esse período e a inércia institucional decorrente dessa consolidação contribuíram para que aqui não se desenvolvesse práticas mais adequadas com o interesse público, inclusive aquelas que dizem respeito a um desenvolvimento regional mais equânime.

## REFERÊNCIAS

- ARTHUR, W. B. **Increasing returns and path dependence in the economy**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=k6Vk5YZRzpEC&lpg=PR9&ots=HPyD35H1hX&dq=ARTHUR%2C%20W.%20B.%20Increasing%20returns%20and%20path%20dependence%20in%20the%20economy.%20Ann%20Arbor%3A%20University%20of%20Michigan%20Press%2C%201994.&lr&hl=pt-BR&pg=PR9#v=onepage&q&f=false> Acesso em 21/01/2025
- CONGRESSO NACIONAL. **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, 15 de outubro de 1974.
- CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007 Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/11610> Acesso em: 21/01/2025
- DAVID, P. Why are institutions the ‘carriers of history’? Path dependence and the evolution of conventions, organizations, and institutions. **Structural change and economic dynamics**. V. 5, n. 2, p. 205-220, 1994. Disponível em: <https://www.naftikachronika.gr/wp-content/uploads/2015/09/201509251332040988.pdf> Acesso em 21/01/2025
- DEEG, R. Change from Within: German and Italian Finance in the 1990s. In: STREECK, W.; THELEN, K. (orgs.). **Beyond continuity: explorations in the dynamics of advanced political economies**. Oxford: Oxford University Press, 2005. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/251443234\\_Change\\_from\\_Within\\_German\\_and\\_Italian\\_Finance\\_in\\_the\\_1990s](https://www.researchgate.net/publication/251443234_Change_from_Within_German_and_Italian_Finance_in_the_1990s) Acesso em: 21/01/2025
- DINIZ, E. **Voto e Máquina Política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 Disponível em: [https://www.academia.edu/83745727/Voto\\_e\\_m%C3%A1quina\\_pol%C3%ADtica\\_patronagem\\_e\\_clientelismo\\_no\\_Rio\\_de\\_Janeiro](https://www.academia.edu/83745727/Voto_e_m%C3%A1quina_pol%C3%ADtica_patronagem_e_clientelismo_no_Rio_de_Janeiro) Acesso em: 21/01/2025

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/download/8649420/15975/27891> Acesso em: 21/01/2025

FREIRE, A.; SARMENTO, C. E. Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969). In: MOTTA, M.; FREIRE, A.; SARMENTO, C. E. **A política carioca em quatro tempos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 21-52. Disponível em:

<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2105> Acesso em: 21/01/2025

HODGSON, G. M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**. Vol. XL, nº 1, p. 1- 25. 2006. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/207258327\\_What\\_Are\\_Institutions](https://www.researchgate.net/publication/207258327_What_Are_Institutions)

Acesso em: 21/01/2025

\_\_\_\_\_. **Economia e evolução: o regresso da vida à teoria econômica**. Oeiras. Celta, 1997. Disponível em:

LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MOTTA, M.; FREIRE, A.; SARMENTO, C. E. **A política carioca em quatro tempos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. Disponível em:

<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2105> Acesso em: 21/01/2025

MOTTA, M. **Um choque de história na memória do Rio de Janeiro**. In: \_\_\_\_\_, p. 11-20.

\_\_\_\_\_. **A Autonomia carioca e o município do Rio de Janeiro: os novos termos de uma velha relação**. In: \_\_\_\_\_, p. 53-73.

NORTH, D. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**. Vol. 84, No. 3, jun. 1994, p. 359-368. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/2118057> Acesso em: 21/01/2025

\_\_\_\_\_. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8222282/mod\\_resource/content/1/A%20Lo%C%81gica%20da%20Ac%C%CC%A7a%CC%83o%20Coletiva%20-%20Cap.%20I%20CII%20e%20III%20by%20Mancur%20Olson.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8222282/mod_resource/content/1/A%20Lo%C%81gica%20da%20Ac%C%CC%A7a%CC%83o%20Coletiva%20-%20Cap.%20I%20CII%20e%20III%20by%20Mancur%20Olson.pdf) Acesso em

21/01/2025

OSORIO, M.; VERSIANI, M.H. O papel das instituições na trajetória econômico-social do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**. Nº. 2, p. 188-210. 2013 Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/9095> Acesso em: 21/01/2025

OSORIO, M. **Rio nacional, Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense.** Rio de Janeiro: SENAC, 2005

PIERSON, P. Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics. **The American Political Science Review.** Vol. 94, Nº 2, jun. 2000, p. 251-257. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7675002/mod\\_resource/content/1/Pierson-2000Increasing%20Returns%2C%20Path%20Dependence%2C%20and%20the%20Study%20of%20Politics.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7675002/mod_resource/content/1/Pierson-2000Increasing%20Returns%2C%20Path%20Dependence%2C%20and%20the%20Study%20of%20Politics.pdf) Acesso em: 21/01/2025

SANTOS, W. G. dos (coord.). **Que Brasil é este? Manual de indicadores políticos e sociais.** Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1990.

SARMENTO, C. E. **O espelho partido da metrópole.** Rio de Janeiro: Folha Seca. FAPERJ, 2008. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000573594> Acesso em: 21/01/2025

SCHMIDT, V. Institutionalism. In: HAY, Colin, LISTER, M. e MARSH, D. (Editors) **The State: Theories and Issues.** Hampshire/New York. Palgrave Macmillan, 2006  
SOBRAL, B. **Metrópole do Rio e projeto nacional: Uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território.** Rio de Janeiro: Garamond, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/11540> Acesso em: 21/01/2025

VERSIANI, M. H. O Rio de Janeiro na República da Ditadura. In: Mauro Osorio; Alex Ferreira Magalhães; Maria Helena Versiani. (Org.). **Rio de Janeiro: reflexões e práticas.** 1ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016, v. 1, p. 126-145.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.